

Os escravos engajados nos serviços domésticos pelas famílias do Recife oitocentista: o aprofundamento da exploração da mão de obra escrava

Tatiana Silva Lima*

The slaves engaged in the life impetus of children in Recife: the deepening of the exploitation of slave labor

Resumo

No Recife oitocentista, enquanto a escravidão não sofreu grandes golpes, cativos especializados foram relativamente engajados pelas famílias nos serviços domésticos, e os “não especializados” foram muito aproveitados. Isto mudou com a extinção do tráfico negreiro em 1850 e a intensificação do tráfico interno, que diminuíram a população cativa e a encareceu. Homens afortunados investiram menos em escravos qualificados para os serviços domésticos, desvalorizando os seus ofícios e precarizando suas forças de trabalho, para mantê-los controlados e super-explorados. Este movimento se aprofundou a partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre, que eliminou a última fonte de renovação dos escravos e garantiu alguns direitos a eles, ameaçando a propriedade cativa e a inviolabilidade da vontade senhorial, e tornando o trabalho livre remunerado uma possibilidade real.

Palavras-chave: Escravos, serviços domésticos, super exploração.

Abstract

The slaves engaged in domestic services by the families of nineteenth-century Recife: the deepening of exploitation over slave labor. In nineteenth-century Recife, while slavery did not suffer major blows, specialized captives were relatively engaged by households in domestic services, and the “non-specialized” were greatly exploited. This changed with the extinction of the slave traffic in 1850 and the intensification of inter-provincial traffic, which reduced the captive population and made it more expensive. Rich men have invested less in skilled slaves for domestic services, devalued their trade and precarious labor forces, to keep them under control and overexploited. This movement deepened after 1871, with the Free Womb Act, which eliminated the last source of slave renewal and guaranteed some rights to them, threatening captive ownership and the inviolability of the seigneurial will, and making paid work free possibility.

Keywords: Slaves, domestic services, super exploration.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), mestra em História pela mesma instituição (2004), desenvolvendo pesquisa sobre alforrias no Recife nas décadas de 1840 e 1850, e doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da UFC, desenvolvendo pesquisa sobre trabalho doméstico no Recife entre 1830 e 1888. Tem experiência como professora do Ensino Superior nos cursos de História, Turismo, Pedagogia e Direito. Desde o final de 2012 é professora assistente no curso de História da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina, lecionando a disciplina

História do Brasil II, entre outras. Nesta Universidade coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a História da Escravidão e da Liberdade no Brasil - GEPHEL, orientando pesquisas sobre dimensões da escravidão e das alforrias em Juazeiro da Bahia no século XIX, e realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão de inovação pedagógica, baseados na lei 10.639/03, que obriga o ensino das história e cultura dos afro-brasileiros nas escolas da educação básica no país. Dois destes projetos foram premiados com Menções Honrosas em Encontro Científico em 2015.



No século XIX a cidade do Recife passou por significativas transformações demográficas e urbanas, algumas decorrentes da política emancipacionista do Estado imperial. O censo¹ feito em 1828 na cidade estimou 25.678 habitantes para o centro urbano da cidade, que era formado pelo bairro portuário do Recife, bairros de Santo Antônio e Boa Vista, sendo 7.935 escravos (31%) e 17.743 livres e libertos (69%).² As mulheres livres eram maioria em todos os bairros centrais. As cativas eram em maior quantidade em Santo Antonio, um lugar comercial e residencial, e em número parecido com os cativos na Boa Vista, local notadamente residencial, e minoria no Recife, que era portuário.³

Mesmo com a Lei anti-tráfico de 1831 no Brasil, o comércio transatlântico de africanos escravizados continuou, ilegalmente, alimentando a sociedade escravista recifense até 1850. A Lei de 1831 “tivera um efeito mais contundente, porém efêmero.” Em meados de 1830, o negócio de Luanda (no Norte de Angola) para o Brasil, por exemplo, foi retomado com toda força; a partir de então com acesso mais fácil a escravos, por causa da descentralização das fontes de fornecimento.⁴ Só para se ter uma idéia, de 1837 a 1841, em cálculos conservadores, estima-se que desembarcaram cerca de 205.500 cativos no Brasil, sendo cerca de 28 mil em Pernambuco, mais de 90% proveniente do Centro-Oeste Africano, com destaque para Angola.⁵ A segunda Lei anti-tráfico em 1850 extinguiu de vez o tráfico negreiro,⁶ promovendo uma mudança substancial na cidade: a diminuição da proporção dos escravos, por ter eliminado sua principal fonte de renovação.



- 1 Os censos populacionais no século XIX devem ser utilizados com ressalvas, eles informam apenas em geral a quantidade de pessoas que existiam no Recife e como elas estavam distribuídas. Sobre os cuidados necessários com tais fontes: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Ed. da UFPE, 1998, p. 41 – 71.
- 2 Idem, p. 41-91.
- 3 CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 41 – 78.
- 4 REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 116.
- 5 Idem, p. 113.
- 6 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850 – 1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

De acordo com o censo publicado em 1856, já viviam 40.977 habitantes no centro urbano da cidade (bairros do Recife, Santo Antônio/São José – desde 1844⁷, e Boa Vista), dos 60 a 70 mil habitantes⁸ da cidade como um todo. Dos que viviam no centro, cerca de 33.270 eram livres e libertos (80%) e 7.707, escravos (20%). As mulheres só não eram maioria no portuário Recife.

Como podem ser observados, houve um crescimento da população livre, mas uma diminuição da proporção dos cativos na população, decorrente da cessação do tráfico de africanos escravizados em 1850 e da intensificação do tráfico de escravos para o Sudeste cafeeiro.⁹ Já o crescimento demográfico dos livres e forros ocorreu a partir do fluxo de migrantes do interior mais próximo de Pernambuco para o centro do Recife.¹⁰ Não é difícil imaginar como os habitantes necessitaram dos mais variados serviços pessoais, a exemplo do serviço doméstico, haja vista a concentração de domicílios num espaço circunscrito da cidade.

Por serviços domésticos a pesquisa entendeu as tarefas de cozinhar, limpar, lavar, engomar, costurar, cuidar de crianças, “acompanhar” sinhás, jardinar, transportar pessoas, despejar dejetos humanos e águas servidas, comprar mantimentos, entre outras, destinadas à reprodução e manutenção das famílias nas residências e no entorno delas.¹¹ A área constituiu mercado de trabalho certo para a população despossuída.

A Lei do Ventre Livre de 1871, além de libertar o filho nascido de escrava, eliminando a última fonte de renovação da população cativa, vinculou a libertação dos cativos à reordenação do trabalho e a formação do mercado de trabalho livre.¹² Neste sentido, o dispositivo estabeleceu a idade de 8 anos completos do ingênuo para o proprietário da sua mãe escolher entre uma indenização do Estado e a utilização dos serviços do menor até seus 21 anos completos. A Lei ainda fixou o tempo máximo de 7 anos para a prestação de serviço pelo liberto; reconheceu o pecúlio e a alforria por indenização de preço independente da vontade do proprietário; instituiu

7 Por ato legislativo, em 1844 o bairro de Santo Antônio foi desmembrado originando o de São José, assim como o bairro do Recife, que cresceu para o norte e ultrapassou suas primitivas portas, deu origem ao bairro Fora de Portas; e o bairro da Boa Vista ganhou os da Soledade e de Santo Amaro. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, 2004, p. 47.

8 FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 283.

9 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*.

10 CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*, p. 75-84.

11 GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução: Viviane Bosi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

12 LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289 – 326, jul.-dez. 2005, p. 302.



o fundo de emancipação e anulou a Ordenação Filipina na parte que revogava as alforrias por ingratidão. Ou seja, embora o dispositivo reiterasse privilégios dos proprietários, ele submeteu “o poder privado dos senhores ao domínio da lei”,¹³ deslocando a política da alforria, quase exclusivamente centrada na vontade dos proprietários, também para o Estado.

Segundo o primeiro Recenseamento Geral de 1872¹⁴ já moravam por essa época no Recife 101.535 habitantes. No centro urbano da cidade havia 64.769 pessoas, das quais 57.893 eram livres (e libertas) - 31.639 homens e 26.254 mulheres - cerca de 90% da população do centro, e 6.876, cativos (3.448 mulheres e 3.428 homens).

Houve um aumento considerável da população, cerca de 58%, desde o censo publicado em 1856. Crescimento que se deveu ao número dos livres, mais uma vez migrados do interior da província. De acordo com Sílvio Zanchetti “entre 1822 e 1872, a capital pernambucana cresceu a uma taxa média de 2,2 a.a. enquanto o Rio de Janeiro, a mais importante cidade do país, alcançou 1,8% a.a.”¹⁵ Já os escravos diminuíram por volta dos 10%, em decorrência da eliminação do tráfico negreiro e do aumento do tráfico interno, como foi argumentado, uma vez que o crescimento vegetativo deles não supriu o fluxo antes feito pelo tráfico transatlântico. E os cativos continuaram a diminuir na população, já que a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 eliminou a última fonte de renovação deles. As crianças nascidas de mães escravas passaram a ser “livres” a partir de então.¹⁶

O censo de 1872 é importante porque pela primeira vez foi publicada uma contagem dos profissionais do “serviço doméstico”, embora não tenha fornecido registros por município. Na época havia cerca de 14.267 escravos domésticos na província de Pernambuco, dos quais 9.450 eram mulheres e 4.817, homens. E existiam muito mais pessoas livres no mesmo serviço (67.971), das quais 50.147 correspondiam às brasileiras (entre livres e forras) e 742, às estrangeiras (livres e forras, considerando as africanas). Enquanto 16.164 eram brasileiros livres e 918, estrangeiros.¹⁷ As costureiras foram contadas separadamente, totalizando 20.627 (19.154 livres brasileiras, 246 livres estrangeiras e 1.227 escravas).¹⁸ Ou seja, um mercado que embora dominado pelas mulheres livres nacionais, apresen-

13 CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 25.

14 Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 vol.

15 ZANCHETTI, Sílvio. M. *O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) USP, São Paulo, 1989, p. 135, 136.

16 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*.

17 Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*.

18 Idem.



tava um residual importante de cativos num contexto de encaminhamento do final da escravidão.

No século XIX, as elites lutaram para o Recife ingressar, compulsoriamente, nas relações do mundo capitalista, absorvendo dos centros do capitalismo mundial as idéias de progresso, civilização e modernização¹⁹. Expressiva nesse sentido foi a administração do presidente de Pernambuco Barão Francisco do Rego Barros entre 1837 e 1844. Ele empreendeu um projeto de modernização cultural e material (designadas obras de melhoramento) na Província.²⁰ Os “melhoramentos materiais que exigiam investimentos de menor vulto, como iluminação, esgoto, água e calçamento, ficavam sob o encargo dos governos provinciais, que os cediam, mediante contratos, a companhias privadas, geralmente estrangeiras.”²¹ Todas as obras constituíram mercado de trabalho para os pobres da cidade.

Contudo, alguns problemas persistiram. A remoção dos dejetos humanos e das águas servidas foi sempre um problema no núcleo urbano e um serviço aviltante. Eram os escravos, que à noite recolhiam os barris, “tigres”, para despejá-los na beira das marés. Apenas na década de 1870 a cidade começou a se livrar dos “tigres”.²² O abastecimento de água potável também foi um problema. Seu fornecimento dependeu, por muito tempo, dos escravos e negros canoeiros e aguadeiros. Mesmo quando já havia água encanada na cidade, vinda do açude do Prata até algumas praças na Boa Vista, Santo Antônio e Recife, buscava-se água de Olinda, dos poços e chafarizes da cidade.²³ Eram os serviços mais pesados e penosos, juntamente com os de carregadores, estivadores e serventes.²⁴

O sistema econômico mundial também tinha seus labirintos e problemas. A cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco viveu uma crise crônica na segunda metade do oitocentos pela baixa no mercado internacional dos preços do açúcar, devido à concorrência externa. A difícil conjuntura da indústria açucareira impulsionou os proprietários de engenhos a venderem suas terras ou alugarem anualmente uma pequena porção delas por muito pouco para a horticultura. Por essa via, nasceram os subúrbios recifenses: Torre, Madalena, Casa Forte, Apipucos, Engenho do Meio, Remédios, Afogados, entre outros. Eles foram fundamentais para abaste-

19 ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 12.

20 ARRAIS, Isabel Concessa. *Teatro Santa Isabel: biografia de uma casa de espetáculos*. Recife, Mestrado em História, UFPE, 1995.

21 ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho*, p. 201.

22 SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do recife antigo*. Coleção Pernambucana. Vol. XII. 3. ed. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Recife, 1978.

23 CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*.

24 OLIVEIRA, Maria Inês. C. de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988, p. 17.



cer o centro urbano de alimentos, numa relação dinâmica entre “campo” e “cidade”. E na realidade, a depender do arrabalde, “campo” e “cidade” eram bem próximos do ponto de vista geográfico.

Patrimônios familiares e posse de “domésticos” escravos

No Recife oitocentista famílias utilizaram braços exclusivamente cativos nas tarefas domésticas e nas demais atividades. Para a investigação destas unidades, foram minuciosamente pesquisados 335 inventários *post mortem* do Recife entre 1830 e 1888, dos quais 108 apresentaram mão de obra apenas escrava, que compõem a amostra documental deste artigo e podem ser encontrados no Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Estas unidades familiares foram divididas em 5 faixas de patrimônios, que consideraram a realidade trazida pela pesquisa, e foram inspiradas em um número maior de faixas de fortunas criadas por Kátia Mattoso para a província da Bahia oitocentista. A primeira e mais alta faixa (muito grande) considerou as fortunas acima de 380 mil contos de réis, sendo sua primeira integrante uma família de influência local, com títulos de nobreza, e proprietária de engenho com muitos escravos. O segundo nível de patrimônio (grande), calculado entre mais de 50 mil contos até 380 mil contos de réis, considerou como ponto de partida o patrimônio mais baixo de inventariado proprietário de engenho, já que a posse de terras conferiu muito prestígio no oitocentos.

O terceiro nível foi o que Mattoso chamou de fortunas sólidas (médio alto), ultrapassando os 10 mil contos de réis até os 50 mil contos - no caso deste estudo - representados por comerciantes bem estabelecidos, magistrados e funcionários, membros do alto clero e profissionais liberais, com bens diversificados e em certo equilíbrio entre si. A quarta faixa de patrimônio (o médio) foi representada pelas famílias remediadas que somaram de mais de 1 mil conto de réis até 10 mil contos, que possuíram sobrados, morando no andar de cima, enquanto o térreo foi o local de trabalho do proprietário comerciante ou artesão, ou alugado a terceiros, possuíram escravos e agregados, móveis e algumas jóias. No quinto nível de patrimônio (pequeno) estiveram as famílias que possuíram um patrimônio de até 1 mil conto de réis em casa com quintal, mobiliários e utensílios de cozinha diversos, alguns escravos, e outros bens pessoais como roupas.²⁵

25 MATTOSO, Kátia. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143 – 179, 1997; MARTINEZ, Cláudia Eliane P. M. *Cinzas do Passado*. Riqueza e Cultura Material no Vale do Paraopeba/MG (1840/1914). 2006. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2006, p. 128, 129.



Considerando as chefias das famílias, entre 1830 e 1850 o proprietário de cativo padrão na cidade possuiu fortuna média ou média alta, e foi homem (82%) livre casado. De 1851 a 1870, o proprietário de cativo padrão continuou homem (80%) livre e casado, só que um pouco mais rico, possuindo mais fortunas médias altas e depois médias. A tendência do dono de escravo padrão permaneceu até o final oficial da escravidão: homem (84,85%) livre casado, porém com fortuna mais alta, entre média alta e grande.

As oscilações no padrão das riquezas acompanharam a diminuição progressiva da posse de escravos, de modo que foram sendo necessárias fortunas mais altas para a manutenção de “domésticos” escravos em menor quantidade. Em primeira análise, esta configuração se deveu ao aumento do valor do cativo, tendo em vista a sua diminuição na sociedade, com a política emancipacionista imperial e a intensificação do tráfico interprovincial.

Em estudo de economia histórica, também em inventários, sobre a escravidão de pequeno porte no Recife de 1800 a 1887 Antônio Nunes argumentou: “Ao se considerar a participação dos escravos ao longo do século, observa-se uma tendência de declínio (desinvestimento) que atinge tanto os pequenos plantéis quanto a escravidão de maior porte”. Até os pequenos proprietários de escravos (no estudo dele, os que possuíram até 5 cativos) foram concentrando sua riqueza na aquisição de imóveis e nas dívidas a receber.²⁶

A seguir é possível acompanhar as mudanças e oscilações no padrão de riqueza dos proprietários de mão de obra exclusivamente cativa no decorrer de 3 períodos delimitados:



26 NUNES NETO, Antonio Pessoa. Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n.61, p. 221-240, Jul. 2005, p. 222.

Tabela 1: Total da proporção das faixas de patrimônio em contos de réis dos chefes de domicílios com domésticos apenas escravos nos três períodos considerados – Recife (1830-1888).

Patrimônio Total dos Chefes de Domicílio		Período			Total
		1830-50	1851-70	1871-88	
Contagem	Não Informado	1	2	4	7
% do Total		2%	8%	12%	6,48%
Contagem	Muito grande	1	1	1	3
% do Total	(Maior do que 380)	2%	4%	3,03%	2,77%
Contagem	Grande	5	4	11	20
% do Total	(Maior do que 50 – 380)	10%	16%	33,33%	18,52%
Contagem	Médio alto	15	9	13	37
% do Total	(Maior do que 10 – 50)	30%	36%	39,39%	34,26%
Contagem	Médio	24	6	4	34
% do Total	(Maior do que 1 – 10)	48%	24%	12,12%	31,48%
Contagem	Pequeno	4	3	0	7
% do Total	(até 1 conto)	8%	12%	0,00%	6,48%
Contagem	Total	50	25	33	108
% do Total		100%	100%	100%	100%

Fonte: IAHGP, inventários post mortem, 1830-1888.27

Em outra perspectiva, embora os proprietários tenham investido menos na mão de obra escrava durante o século XIX, os mais ricos foram

- 27 IAHGP: 1830, Francisco de Oliveira; 1831, Jacinto Ferreira Homem; 1832, Antônio Machado de Revorido; 1833, Antônia Alves Correia de Almeida; 1833, Josefa de Jesus Pessoa de Mello; 1833, Rosa Maria da Conceição; 1834, Jacinta Flora de França; 1834, Genoveva Maria de Campos; 1834, Francisca Angélica da Trindade; 1834, Antônio Alves dos Santos; 1834, Ignes Quintina de Souza; 1835, Joao Theotonio do Guimarães Peixoto; 1835, Maria dos Ramos Cavalcante; 1835, Maria Policarpa de Carvalho e Silva; 1835, Miguel da Costa Dourado; 1836, Angélica Rosa Claudina; 1836, Joaquim Machado Freire; 1836, Maria Francisca da Pureza; 1837, Maria Francisca da Conceição; 1838, Brigida Maria Soares da Cunha; 1838, Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto; 1839, Ana Maria de Jesus; 1839, Antônio da Costa Figueiroa; 1839, José das Neves Boaventura; 1841, Francisco Felix de Mello; 1841, Joanna Francisca do Nascimento; 1841, Josefa Francisca Valim; 1842, Francisca Thomasia de França; 1842, João Coelho do Rosario; 1842, Joaquim Lopes Machado; 1842, José Carneiro de Albuquerque Maranhão; 1843, Tereza Maria de Jesus; 1844, Balbina Francisca da Conceição; 1844, Bento José Alves; 1845, José Libânio de Souza; 1846, Francisco da Silva; 1846, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão; 1846, Luiza Maria de Freitas; 1847, Felix Jose de Araujo; 1847, Josefa Maria de Jesus; 1847, Rita Helena de São José; 1848, Maria Inácia Virginia; 1849, Angélica Joaquina dos Anjos; 1849, Braz Manoel Machado; 1850, Angélica Rosa Torres; 1850, Antônio Henriques Mafra; 1850, Jose Ignacio do Monte; 1850, Manoel Jose de Bastos; 1850, Teresa de Jesus Ramos; 1851, Ana da Cunha Soares Nobre Pessoa; 1851, Gonçalves José de Oliveira Uchoa; 1851, Lourenço Manoel de Carvalho; 1852, Alexandrina Maria da Conceição; 1852, Francisca Alves dos Reis; 1852, Francisca de Santiago; 1853, Francisca Aguida Lins; 1853, Joaquim Antônio do Forno; 1853, Maria Rita do Nascimento Rangel; 1854, Josefina Mariana Siebert; 1855, Ana Maria Francisca; 1856, Antonio Joaquim da Costa Figueiroa; 1857, Francisco Cavalcante de Mello; 1859, Anna Maria do Sacramento Fernandes; 1860, Francelina Ramos Barros; 1863, Jacinto de Souza Travassos; 1860, Maria Francisca de Jesus; 1863, João Batista dos Santos Lobo; 1865, Ana da Natividade Pereira de Moraes; 1865, Teresa de Siqueira Alcoforado; 1870, Adolpho Curio; 1870, Antônio Domingues Alves Maia; 1870, Antonio Jose Pinto; 1870, Argemira de Menezes Duarte Ferreira; 1870,

mais conservadores na manutenção da mão de obra cativa nos dois decênios que antecederam a abolição oficial da escravatura.²⁸ Com a expectativa do final da escravidão, no processo que atingiu a inviolabilidade da vontade senhorial e traria “prejuízo” para os proprietários, eles insistiram em conservar parte da estrutura da sua riqueza na posse de cativos, reforçando seu poder patriarcal e paternalista como forma de exploração e dominação dos trabalhadores.

A desvalorização dos ofícios nos serviços domésticos: o aprofundamento da precarização e exploração da mão de obra escrava.

Os ofícios dos cativos destinados aos serviços domésticos foram muitos. Entre 1830 e 1850, as famílias recifenses engajaram costureiras, rendeiras, alfaiates, engomadeiras, cozinheiras/os, lavadeiras, muitos versados em mais de um ofício, e escravos ocupados genericamente no “serviço de casa”. Muitos deles trabalharam dentro dos sistemas de escravo de aluguel e de ganho. O escravo de aluguel era negociado diretamente por seu senhor, prestando serviços aos locatários e ficando sob sua responsabilidade como se fosse seu cativo. O dinheiro do aluguel, por sua vez, era entregue diretamente ao senhor. No sistema de trabalho de ganho era o escravo que oferecia seus serviços a terceiros acordando de antemão com seu dono o valor a ser entregue no final do dia, da semana ou do mês.

As ocupações dos serviços domésticos demandaram principalmente mão-de-obra feminina (79,86%), como podem ser avaliadas a seguir:

Carolina Ursulina dos Santos Tavares de Mello; 1871, Candido Afonso Moreira; 1871, Dona Claudina Senhorinha de Sa Cavalcante; 1871, Custodio Jose Alves Guimarães; 1871, Francisco de Paula Rocha; 1872, Abílio José Tavares da Silva; 1872, Amélia Augusta Martins; 1872, Anna Marcolina da Costa e Silva; 1872, Aurora Francisca Cavalcante; 1873, Domingos Jose Marques; 1873, Emilia Amélia de Carvalho Fonseca; 1873, Guilherme Frederico de Souza; 1874, Francisco de Albuquerque Mello; 1874, Joaquim Manoel Ferreira de Souza; 1876, Genuino Jose Tavares; 1876, Guilhermina de Jesus Carneiro Campello; 1877, Ignacia Baptista de Almeida; 1877, João de Carvalho Moura; 1877, João de Deos Alves; 1878, Rita Maria Firmina de Almeida; 1878, Rosa Maria dos Prazeres; 1879, Antonio Alves Barbosa; 1879, Emilia Fioch Pinto; 1879, Emilia Thereza de Jesus Costa Cabral; 1880, Maturino Barroso de Mello; 1880, Paula Maria de Fraga Caldeira; 1881, Clara Maria de Castro Moreira; 1882, Mathias d'Azevedo Vilarouca; 1883, Alfredo Alves Matheus; 1883, Candida Carneiro Rios Vilella; 1884, Domingos Affonso Nery Ferreira; 1885, Izabel Roza Gonçalves; 1886, Teresa da Silva Vieira Pontual; 1887, Maria da Conceição F. P. C. de Albuquerque.

- 28 Ver, por exemplo: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003; _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; COSTA, Lenira L. da. *A Lei do Ventre Livre e os caminhos da Liberdade em Pernambuco*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, 2007; MATTOSO, Kátia de Q. O filho da escrava (Em torno da lei do ventre livre). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 8 n° 16, p. 37 – 55, mar. 88/ago. 88; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 – 1910)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.



Tabela 2-a: Proporção de trabalhadores por ocupação/ofício com o sexo - Recife (1830-1850).

Ocupação/Ofício		Sexo dos Trabalhadores			Total
		Não Informado	Feminino	Masculino	
Contagem	Bolieiro	0	0	1	1
% do Total		0,00%	0,00%	0,69%	0,69%
Contagem	Princípio de alfaiate	0	0	1	1
% do Total		0,00%	0,00%	0,69%	0,69%
Contagem	Serviço de casa	1	73	24	98
% do Total		0,69%	50,69%	16,67%	68,06%
Contagem	Serviço de costura	0	13	0	13
% do Total		0,00%	9,02%	0,00%	9,02%
Contagem	Serviço de costura/Engomado	0	4	0	4
% do Total		0,00%	2,78%	0,00%	2,78%
Contagem	Serviço de cozinha	0	9	2	11
% do Total		0,00%	6,25%	1,39%	7,64%
Contagem	Serviço de cozinha/Engomado	0	2	0	2
% do Total		0,00%	1,39%	0,00%	1,39%
Contagem	Serviço de engomar	0	3	0	3
% do Total		0,00%	2,08%	0,00%	2,08%
Contagem	Serviço de engomar/Costura chã	0	1	0	1
% do Total		0,00%	0,69%	0,00%	0,69%
Contagem	Serviço de lavar roupa	0	5	0	5
% do Total		0,00%	3,47%	0,00%	3,47%
Contagem	Serviço de lavar roupa/Engomado	0	1	0	1
% do Total		0,00%	0,69%	0,00%	0,69%
Contagem	Trabalhos de agulha	0	4	0	4
% do Total		0,00%	2,78%	0,00%	2,78%
Contagem	Total	1	115	28	144
% do Total		0,69%	79,86%	19,44%	100,00%

Fonte: IAHGP, inventários *post mortem*, 1830-1850.

Nesta amostra, os ofícios marcadamente femininos foram os de costureira, engomadeira, lavadeira, e os trabalhos de agulha – no caso renda e lavarinto (um tipo de renda). Exceto o serviço de lavar roupas, que poderia ser feito com a água das cacimbas nos quintais das casas ou na beira dos rios e chafarizes nas ruas, os demais foram realizados no âmbito privado das casas. Em certo sentido, como o espaço ideal da mulher foi o privado/doméstico,²⁹ houve uma feminilização das tarefas de cuidado para com as famílias executadas dentro das casas.

As costureiras possuíram mais braços especializados, embora as designações pudessem expressar grau maior ou menor de qualificação. Quiçá, costureira foi uma pessoa altamente qualificada, quem foi do serviço

29 CUNHA, Olívia M. G. da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia M. G. da e GOMES, Flávio dos S. (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 377-417.

de costura deteve um conhecimento satisfatório, e quem fazia “costura chã” ou tinha princípio de “costura chã” era a costureira menos treinada. Afinal, não foi encontrada explicação para “costura chã”. Seria uma forma específica de costura? Mas uma coisa foi certa, o trabalho dessas mulheres foi importante para marcar *status* social, demarcar distinções através de roupas ricamente confeccionadas.

As ocupações que concentraram tanto mulheres como homens foram o “serviço de casa” e a de cozinheiro. O primeiro termo foi muito genérico, poderia ser pessoa que fizesse todos os serviços necessários para a reprodução e manutenção das famílias e da casa em seus espaços interno e externo – neste caso: jardinar, jogar dejetos, portar recado e encomendas, fazer compras de mantimentos, transportar água e pessoas, entre outros.

Os ofícios exclusivamente masculinos foram o de alfaiate e de bolieiro. Os 2 demandaram conhecimentos básicos e específicos. O alfaiate fez o trabalho correlato ao da costureira, consertando e costurando a roupa dos homens e mulheres da casa, produzindo vestimentas e os investindo de prestígio. Ele também poderia ser alugado e ingressar no sistema de ganho para gerar rendimentos à família.

Não é difícil imaginar os conhecimentos, habilidades e destrezas necessários aos bolieiros (derivado de boleia) ou cocheiros para conduzirem veículos puxados por cavalos ou bestas. No Rio de Janeiro, “Para a condução desses veículos de roda, foram empregados os escravos considerados pelos senhores como os mais fiéis e responsáveis, os mais inteligentes e de melhor aparência (especialmente os mulatos ou pardos), depois de serem treinados no ofício (...)”³⁰

As carruagens, seges, tilbures, entre outros veículos de roda, foram introduzidos no Rio de Janeiro depois da chegada da Família Real portuguesa. Até a década de 1840, eles foram poucos, pois só os indivíduos muito ricos ou a Família Real, depois imperial, Ministros de Estado, eram capazes de possuí-los. Como era o caso do potentado José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que já em meados dos anos 1840 possuía um veículo desses, conduzido pelo angolano Davi de 55 anos de idade.³¹

Luiz Carlos Soares argumenta que no Rio de Janeiro oitocentista havia uma tendência a maior especialização dos cativos domésticos nas famílias mais abastadas, diferente das famílias mais pobres onde os cativos eram obrigados a desempenhar uma série de tarefas.³² Esta tendência se reproduziu no Recife de 1830 a 1850 nas famílias ricas ou médias, de grande ou média escravaria, onde houve uma frequência maior de

30 SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil...* p. 117.

31 IAHGP, 1846, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, f. 16v, 17.

32 SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil...* p. 112.

cativos especializados, do que nas casas menos afortunadas. Ainda assim, a maioria dos cativos com ocupações conhecidas (68,06%) esteve concentrada na designação genérica “serviço de casa”, que poderia significar a execução das múltiplas tarefas do cuidado com a família e com a casa. Gente muito trabalhadora e capaz, mas que talvez não possuísse mão de obra altamente qualificada, não tivesse recebido investimento em aprendizado formal.

Na época também houve um grande número de escravos sem ocupação informada e sem ocupação/habilidade nas famílias pesquisadas, 35,06% e 7,57% respectivamente, do total de 251 escravos na amostra de 1830-50. Foram principalmente mulheres, crianças, jovens e velhas trabalhadoras, com certeza, aprendendo algum ofício, ou bem treinadas pela experiência em atividades lucrativas ou não, ou fadadas aos trabalhos manuais mais reles feitos na sociedade.

Na segunda fase do recorte cronológico o que salta aos olhos é a diminuição da variedade dos ofícios, como pode ser visualizada a seguir:

Tabela 2-b: Proporção de trabalhadores por ocupação/ofício com o sexo - Recife (1851-1870).

Ocupação/Ofício		Sexo dos Trabalhadores			Total
		Não Informado	Feminino	Masculino	
Contagem	Bolieiro	0	0	2	2
% do Total		0,00%	0,00%	3,70%	3,70%
Contagem	Costureira	0	3	0	3
% do Total		0,00%	5,56%	0,00%	5,56%
Contagem	Cozinheiro	0	0	2	2
% do Total		0,00%	0,00%	3,70%	3,70%
Contagem	Cozinheira/ Engomadeira	0	1	0	1
% do Total		0,00%	1,85%	0,00%	1,85%
Contagem	Serviço de casa	0	10	4	14
% do Total		0,00%	18,52%	7,41%	25,93%
Contagem	Serviço de engomado	0	2	0	2
% do Total		0,00%	3,70%	0,00%	3,70%
Contagem	Serviço de engomado/ Costura	0	1	0	1
% do Total		0,00%	1,85%	0,00%	1,85%
Contagem	Serviço doméstico	0	21	8	29
% do Total		0,00%	38,89%	14,81%	53,70%
Contagem	Total	0	38	16	54
% do Total		0,00%	70,37%	29,63%	100,00%

Fonte: LAHGP, inventários post mortem, 1851-1870.

Esta mudança foi fruto do tempo da diminuição da escravaria em geral e consequente aumento do seu preço, após proibição do tráfico negreiro transatlântico e intensificação do tráfico para o Sudeste cafeeiro.

cultor. Ela gerou processos articulados: contenção no investimento em cativos especializados nos serviços domésticos e concentração maior de escravos nas designações genéricas “serviço de casa” e “serviço doméstico” (79,63%).

Embora os proprietários recifenses tenham comprovadamente investido menos na mão de obra cativa no decorrer do século XIX, eles deram uma resposta conservadora ao contexto favorável à dissipação do seu patrimônio escravo. Em não podendo e/ou não querendo ter valiosos cativos qualificados nos serviços domésticos, optaram em manter uma escravaria menor “não-especializada” para fazer as muitas e pesadas tarefas do lar.

De onde se conclui que os ofícios destinados aos serviços domésticos gozaram de relativa importância quando a escravidão era pujante e a mão de obra cativa garantida. A partir do momento em que a existência da escravidão foi ameaçada, os ofícios para as atividades domésticas perderam a pouca importância que possuíam, e os proprietários concentraram os afazeres nas mãos de poucos cativos. Assim eles optaram pela manutenção da escravidão, conservando parte da estrutura da sua riqueza, e aprofundando a exploração e dominação sobre os trabalhadores com os grilhões do poder escravista e patriarcal.

Esta conjuntura se completou com a crise no mercado de trabalho como um todo. Em 1851-70 muitos escravos foram vendidos para a cafeeicultura no Sudeste, e os sem idade e condições para serem traficados se deslocaram para os serviços domésticos, tanto que a proporção dos homens nestas funções aumentou bastante (29,63%), comparando-se à fase anterior. Nesta perspectiva, os muito novos, sem condições físicas suficientes e ofícios de outra natureza, assim como os velhos - sem vigor, muitas vezes doentes e mais presentes no âmbito da casa - foram aproveitados nas tarefas domésticas. Enquanto a diminuição das mulheres escravas (70,37%) nos mesmos serviços foi sintomática da crise no mercado de trabalho doméstico escravo.

Ademais, muitos cativos (41,30%) continuaram com ofícios não declarados na época, sendo a maioria mulher, criança e velha, mas com um contingente maior de homens e adultos do que antes. Era muita gente no limbo de funções indeterminadas, em parte ainda promovendo lucros para os donos, exercendo seus próprios ofícios ou outros, ou realizando as tarefas mais desprestigiadas.

O movimento de desvalorização dos ofícios destinados aos serviços domésticos se acentuou nos dois últimos decênios da escravidão. A seguir é possível visualizar uma diminuição acelerada na diversidade das especialidades, além de concentração maior nas denominações “serviço de casa” e “serviço doméstico” (84,80%):

Tabela 2-c: Proporção de trabalhadores por ocupação/ofício com o sexo - Recife (1871-1888).

Ocupação/Ofício		Sexo dos Trabalhadores			Total
		Não Informado	Feminino	Masculino	
Contagem	Costureira	0	2	0	2
% do Total		0,00%	2,53%	0,00%	2,53%
Contagem	Costureira/ Engomadeira	0	1	0	1
% do Total		0,00%	1,27%	0,00%	1,27%
Contagem	Cozinheira/o	0	2	4	6
% do Total		0,00%	2,53%	5,06%	7,59%
Contagem	Engomadeira	0	3	0	3
% do Total		0,00%	3,79%	0,00%	3,79%
Contagem	Serviço de casa	0	2	1	3
% do Total		0,00%	2,53%	1,27%	3,79%
Contagem	Serviço doméstico	0	48	16	64
% do Total		0,00%	60,76%	20,25%	81,01%
Contagem	Total	0	58	21	79
% do Total		0,00%	73,42%	26,58%	100,00%

Fonte: IAHPG, inventários post mortem, 1871-1888.

Diante da Lei do Ventre Livre e de todas as suas cláusulas que, além de por fim à última fonte de renovação da população escrava, garantiram direitos costumeiros aos cativos e promoveram manumissões, os senhores sentiram sua propriedade escrava e a inviolabilidade da vontade senhorial ameaçadas, e o trabalho livre uma possibilidade real. Em resposta, as famílias afortunadas recifenses seguiram o padrão de comportamento de conservar parte da sua riqueza na posse de cativos, embora em menor quantidade, mantendo prerrogativas de exploração e controle sobre os trabalhadores emanadas do seu poder patriarcal e paternalista.

Neste processo, eles continuaram reduzindo os domésticos divididos por diversas funções e concentrando os afazeres domésticos nas mãos de poucos. Foi quando o mercado de trabalho doméstico entrou em retração para os escravos em geral, diante das demais ocupações, os homens assumiram menos postos do que antes (26,58%) na área, e conseqüentemente a proporção das mulheres aumentou (73,42%).

O crescimento da concentração dos cativos “não especializados” nos serviços domésticos certamente produziu a super exploração a partir do acúmulo de funções sobre eles. E o recuo dos senhores no investimento em escravos qualificados para os serviços domésticos precarizou as suas vidas, empobreceu suas possibilidades de trabalho, e diminuiu as suas chances de aquisição de pecúlio, nas pequenas brechas que o sistema de escravo de ganho ofereceu, escasseando também suas chances de autonomia e liberdade. Por esta via, os proprietários aprofundaram a exploração sobre os cativos, construindo o caminho para relações de servidão e dependência no pós-abolição.



É possível até fazer um paralelo entre o passado e o tempo presente. Pois também houve recuos dos empregadores após a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2012, mais conhecida como PEC das Domésticas. Eles dispensaram trabalhadores domésticos, não legalizaram a contratação de muitos deles, e lançaram mão do trabalho de diaristas sem garantias trabalhistas e direito à seguridade social.

